

OS NOVOS PROGRAMAS EUROPEUS E A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Logo que, em maio de 2020, o surto da pandemia de *Covid19* começou a ter um impacto devastador na economia global, a Comissão Europeia apresentou as bases de um programa com o intuito de, por um lado, combater os efeitos negativos da crise sanitária e, por outro, relançar a economia da União Europeia.

A proposta apresentada pela Comissão Europeia correspondeu a um novo instrumento de recuperação extraordinário designado por *Next Generation EU* a vigorar entre 2021 e 2023. Na verdade, constitui um complemento ao orçamento definido para o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o período de 2021 a 2027.

Após um período negocial intenso, em julho, o Conselho Europeu fechou o acordo que estabeleceu o próximo Quadro Financeiro Plurianual, bem como a criação do *Next Generation EU*. Este último, como uma dotação de €750 mil milhões, com um carácter histórico - uma vez que é sobretudo financiado por dívida europeia -, assente em três pilares estratégicos (i) ajudar os Estados-Membros a recuperar, (ii) relançar a economia e apoiar o investimento privado e (iii) dar resposta aos desafios estratégicos da Europa. O *Next Generation EU* é um instrumento de cariz excepcional que engloba já diversos fundos no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual, mas cuja espinha dorsal corresponde ao *Mecanismo de Resolução e Resiliência*, com uma dotação de €672.5 mil milhões.

Portugal vai beneficiar do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, assim como do *Next Generation EU* durante os próximos nove anos; e, conseqüentemente, de um volume muito significativo de fundos que deverão ser aplicados na retoma e expansão da economia portuguesa. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) cuja versão final o Governo publicou a 22 de abril de 2021 e a Comissão Europeia aprovou no dia 16 de junho, assenta em três pilares estruturantes - *resiliência*, *transição climática* e *transição digital* – materializados em 20 componentes que, por sua vez, agregam os 83 investimentos a financiar através deste instrumento.

Estas prioridades de investimento constituem uma oportunidade única para relançar e transformar a economia portuguesa, tornando-a mais apetecível, competitiva e pronta a responder aos desafios

atuais que a economia global enfrenta. A implementação do PRR e, especialmente a sua execução, são absolutamente decisivas se queremos ter uma retoma total e sustentada.

O pilar *Resiliência* é o que mais recursos absorve. Concentrando 61% do montante de subvenções é a área temática mais transversal, contribuindo para a concretização das metas de investimento propostas pela Comissão Europeia nos seis Pilares Relevantes de Política da UE: transição verde; transformação digital, crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; coesão social e territorial; saúde e resiliência económica, social e institucional, e políticas para a próxima geração.

Com um peso de 21% do montante de subvenções, o pilar *Transição Climática* corresponde a uma agenda de sustentabilidade que pretende aumentar a mobilidade, acelerar a descarbonização, promover a eficiência energética, aligeirando a transição para a utilização de energia limpas e renováveis e desenvolver a economia circular.

Por último, o pilar respeitante à *Transição Digital*, o qual concentra 18% do montante global de subvenções, encontra-se direcionado para o investimento nas pessoas, no aumento da competitividade do país e na redução os custos de contexto através de uma maior aposta estruturas digitais eficazes nas escolas, nas empresas e na Administração Pública.

É costume afirmar que “*a rapidez é inimiga da perfeição*”. Contudo, o tempo urge. As operações a financiar por este instrumento terão que ser aprovadas até ao último dia de 2023, ainda que os pagamentos possam ocorrer até ao final de 2026. À data de hoje, este prazo parece longínquo. No entanto, é necessário desde já criar as condições precisas para que todo o sistema de operacionalização dos fundos, desde o modelo de governação, às instituições envolvidas, aos regulamentos e normativos, aos sistemas de informação e, principalmente, as pessoas e as suas competências, se encontrem devidamente preparados.

Neste desígnio, devo acrescentar, a banca não deverá ser exceção. Os bancos deverão desempenhar um serviço fundamental aos seus clientes, por forma a maximizar as oportunidades associadas a estes fundos. O papel da banca passará pela concretização de financiamentos complementares, nomeadamente pela disponibilização de soluções de tesouraria para antecipação de recebimentos de subvenções, prestação de garantias, preparação de análises financeiras e projeções, bem como de acompanhamento da execução dos projetos que cumpram critérios de elegibilidade.

Embora os diversos investimentos sejam aguardados com grande expectativa por todos os agentes económicos, são vários os obstáculos a ultrapassar para o relançamento da economia europeia.

Em primeiro lugar, os procedimentos de aprovação nas instâncias europeias tem o seu ritmo próprio e nem sempre se coadunarão com as urgências próprias de cada Estados Membros. Alcançado um acordo ao nível do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu, segue-se a necessária ratificação nos diversos parlamentos europeus, aprovação imperativa dada as emissões de dívida serem em nome da União Europeia.

Em segundo lugar, a obrigatoriedade de assegurar o cumprimento de objetivos e metas intermédias, antes da validação dos pedidos de pagamento de cada Estado-Membro, implica um poder de bloqueio por parte de um ou mais Estados-Membros, se estes considerarem que existem desvios graves em relação ao cumprimento daqueles objetivos e metas.

Em terceiro lugar, a organização e aplicação dos fundos poderá gerar uma pressão muito grande em determinados setores da economia, sobretudo aos mais ligados aos bens intermédios e aos bens de investimento, podendo resultar em disrupções na cadeia logística e, assim, gerar riscos à execução dos investimentos previstos no PRR.

Por fim, mas não menos relevante, questões como o modelo de funcionamento, regras de elegibilidade dos projetos e seus beneficiários e montantes das taxas de apoio aos Estados-Membros e regiões necessitam ainda de esclarecimento pois farão toda a diferença no momento em que os empresários tiverem que decidir como e quando investir.

Mais do que fundos, o *NextGeneration EU*, e conseqüentemente o conjunto de todos os PRRs, é uma mensagem de união e solidariedade por parte dos diversos Estados-Membros da União Europeia. É também um sinal de admissão de que a Europa fica mais forte quando une esforços porque é reconhecido que nenhum Estado-Membros poderia, por si só, combater esta crise de forma isolada. Tal como no passado, a Europa ficou mais unida perante uma crise.

Termino com uma citação de um dos pais da Europa como a conhecemos, Robert Schuman:

“Europe will not be made all at once or according to single plan. It will be built through concrete achievements which first create a de facto solidarity”.

Isto é verdade agora, tal como era no princípio.

Obrigado.